PROTOCOLO GERAL 64593.001842/2024-14	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO	DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2024

VOLUME: 1º/____

SEÇÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SALC

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO - HGuPV
UASG: 160351

ASSUNTO: DISPENSA ELETRÔNICA Nº04/2024

OBJETO: Aquisição de carga de extintores

VALOR ESTIMADO: R$ 949,79 (Novecentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos).

DATA DE ABERTURA:

ANEXO(S): Peças do processo licitatório, conforme índice.

DESTINOS	DATA		
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			

ANO 2024

CARLOS CHERME DA SILVA NOGUEIRA – Coronel
Ordenador de Despesas do Hospital de Guarnição de Porto Velho

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2024
(Processo Administrativo n° 64593.001842/2024-14)

ABERTURA E AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Em conformidade com o disposto na Orientação Normativa nº 2/2009, da AGU e no Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, da AGU/Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, de 2023, autuo nesta data o processo administrativo nº **64593.001842/2024-14** , que trata de dispensa do tipo eletrônica, cujo objeto e recursos estão definidos nos autos deste processo e folhas devidamente numeradas e rubricadas.

Porto Velho, RO, 21 de março de 2024.

Vinicius Matheus Lira Freitas

VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS - SD
Auxiliar da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

Classificação: 051.3

HGu Porto Velho
Fl: 02
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

DIEx nº 2-Set Fin/Fisc Adm/DA - Divisão Administrativa
EB: 64593.002117/2024-63

Porto Velho, RO, 21 de março de 2024

Do Chefe do Setor Financeiro
Ao Sr Fiscal Administrativo
Assunto: Oficialização de Demanda de Aquisição - Recarga de extintores.

Anexos:
1) cotação-resumido-21-2024.pdf
2) ETP25_2024.pdf
3) MR12_2024.pdf
4) TR27_2024.pdf

Setor Requisitante: Oficial de Prevenção e Combate a Incêndio	
Responsável pela demanda: 1° Ten MUNIZ	
E-mail: financeiro@hgupv.eb.mil.br	**Telefone:** [redacted]
Objeto: ( )Serviço Não Continuado; ( )Serviço Continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra; ( )Serviço Continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra; (x)Material de Consumo; ( )Material Permanente/Equipamento;	
Forma de contratação sugerida: ( ) Modalidades da Lei n° 8.666/93: (especificar a modalidade) (x) Modalidades da Lei n° 14.133/2021: (especificar a modalidade) ( ) Pregão (especificar se **Pregão próprio** ou como participante em pregão de outro Órgão, com uso de SRP) (x) Dispensa/Inexigibilidade ( ) Adesão à IRP de outro Órgão (**CARONA**).	

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudo Técnico Preliminar (ETP).

2. QUANTIDADE DE MATERIAL A SER ADQUIRIDO

Conforme Estudo Técnico Preliminar (ETP).

3. PREVISÃO DE RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

O produto deverá ser entregue de forma ordinária, conforme os prazos determinados no edital do aviso de contratação direta 04/2024, da UASG 160351.

4. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

Valor Estimado da Contratação: R$ 949,79 (novecentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos)

Valor Estimado de Custeio: R$ 949,79 (novecentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos)

Valor Estimado Investimento: Não se Aplica;

Ação do Plano Operacional (Plano Interno): D8SAFUNADOM ou equivalente;

Nota de credito: 2024NC402434

5. INDICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

1° Ten Muniz (Oficial PPCI);

6. DESPACHOS DAS AUTORIDADES COMPETENTES

Sou de parecer favorável ao atendimento a demanda apresentada.

Despacho do Fiscal Administrativo	**Despacho do Ordenador de Despesas**
1. A justificativa apresentada para aquisição do material é permanente. 2. Encaminho ao Sr. Ordenador de Despesas.	1. Aprovo a justificativa apresentada e autorizo a contratação na quantidade demandada; 2. Determino a abertura de processo licitatório correspondente, se for o caso; 3. O fiscal administrativo verificar o recurso próprio para a despesa; 4. O Chefe da SALC tome as providências cabíveis, de acordo com as normas em vigor;
Porto Velho - RO, 21 de Março de 2024	Porto Velho - RO, 21 de Março de 2024
ROBERTO DE **SOUZA COELHO – TC**	CARLOS CHERME DA SILVA **NOGUEIRA - TC**
Fiscal Administrativo	Ordenador de Despesas

BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ - 1º Ten
Chefe do Setor Financeiro

"80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU"

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **1º Ten Bruno Marcelo de Souza MUNIZ**, em 21/03/2024, às 10:30 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

GI5I-5yxE-OW6Z-EPTz

acesso ao perfil FASEINT1 do SIASG ao Setor Financeiro caso não possuam, obter os modelos atualizados das documentações necessárias e orientações específicas junto ao integrante administrativo, elaborar os seguintes documentos e despachá-los com o Fiscal Administrativo e Ordenador de Despesas, protocolando-os na SALC: Estudo Técnico Preliminar, Matriz de Gerenciamento de Riscos, Relatório de Pesquisa de Preços com nota técnica, Termo de Referência e Aprovação do Termo de Referência;

c) o integrante administrativo deverá assessorar o presidente e os integrantes técnicos da equipe durante o supracitado estudo com informações referentes a licitações e contratos no escopo da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas regulamentações em vigor;

d) o integrante administrativo deverá elaborar os seguintes documentos a contar do supracitado protocolo na SALC mencionado na letra "b": Minuta de edital ou Aviso de Contratação Direta, Minuta de contrato (se for o caso), Minuta da Ata de Registro de Preços (se for o caso), Declaração de utilização dos modelos da AGU e MGI, Declaração de observância do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da MGI, Despacho de Autorização do Ordenador de Despesas para a contratação, Lista de verificação de documentos da AGU, Ofício de Remessa para análise jurídica da AGU ou Atestado de Adequação a Parecer Referencial vigente, dentre outras documentações julgadas cabíveis para instruir o planejamento da contratação;

e) o integrante administrativo deverá ordenar todos os documentos referentes ao planejamento da contratação, numerar e rubricar as folhas em conformidade com a Lista de verificação de documentos da AGU e demais legislações em vigor, consolidar o processo em volumes de no máximo 200 folhas cada e despachar com o Encarregado da SALC; e

f) o Fiscal Administrativo, o Encarregado da SALC e demais interessados deverão tomar conhecimento e providências.

(Nota nº 49744, de 25 de março de 2024, da(o) Salc)

2) Agente de contratação e equipe de apoio

Designo para agente de contratação e equipe de apoio da Dispensa Eletrônica nº 04/2024 - Aquisição de carga de extintores - NUP 64593.0011842/2024-14.

1º Ten OIT BRUNO MARCELO DE SOUZA **MUNIZ**
Integrante da equipe de apoio
Sd EP VINICIUS MATHEUS **LIRA** FREITAS
Agente de contratação

Em consequência:

a) o agente de contratação deverá tomar decisões em prol da boa condução da contratação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas à equipe de planejamento da contratação, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário, conforme inciso I do art. 14 do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

b) o agente de contratação deverá acompanhar os trâmites da contratação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação de que trata o inciso III do **caput** do art. 11 do Decreto nº

HGu Porto Velho
Fl: 05
SALC

Estudo Técnico Preliminar 25/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64593001842/2024-14

2. Objeto

Aquisição de carga de extintores pertencentes ao Hospital de Guarnição de Porto Velho por Dispensa Eletrônica com amparo no Art. 75, Inciso II da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

3. Descrição da necessidade

O Hospital de Guarnição de Porto Velho (HGuPV) atua na prestação de serviços em saúde aos militares das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), da ativa e também aos inativos e pensionistas, servidores civis e seus dependentes.

Para que o Hospital cumpra com as Normas de Segurança de Proteção e Combate a Incêndio é necessário que os extintores estejam com a manutenção em dia e em condições de uso. A aquisição de carga de Extintores e atenderá às necessidades do hospital e garantirá a segurança dos Militares e das Instalações da OMS.

A não aquisição dos bens de consumo constantes neste processo poderá trazer um grande prejuízo à instituição, pois podem acarretar no agravamento de um incidente ou acidente proporcionando perdas relacionadas direta e indiretamente ao desenvolvimento das atividades da Instituição.

A contratação serão de acordo com o art. 75, inciso II, da lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Equipe de Prevenção e Combate a Incêndio	1° Ten Muniz

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. A empresa que participar do processo licitatório deverá atuar no ramo pertinente ao objeto da licitação.
2. Apresentar prova de capacidade técnica, mediante a apresentação de Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução pela empresa licitante de execução de serviços de recargas de extintores de incêndio, com características semelhantes ao objeto licitado.
3. Apresentar Registro da Declaração da Conformidade do Fornecedor - Empresa de Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores, expedido pelo INMETRO.
4. Apresentar comprovante de cadastro junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.
5.
Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA n° 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, n° 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano).
6. Não será admitida subcontratação do objeto contratual.
7. O fornecedor deve retirar os extintores do Hospital de Guarnição de Porto Velho, acompanhado por um auxiliar da equipe de combate a incêndio, de segunda a quinta-feira, das 07:00 às 15:00, e devolver os extintores ao seu devido lugar.

HGu Porto Velho
Fl: 06
SALC

6. Levantamento de Mercado

Foi pesquisado no Sistema ETP Digital, os ETP de outras Unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração, chegando-se à conclusão parcial de que a aquisição de carga de extintores é a melhor opção para a administração no momento, pois a contratação de serviços não retornou resultados satisfatórios na pesquisa de preços, que foi filtrada pelo CATSER no sistema de pesquisa de preços do compras.gov.br, pois o mesmo CATSER abrange a realização de manutenção e recarga de todos os tipos de extintores. Enquanto a pesquisa de preços de aquisição de carga de extintores, com realização de serviço acessório de manutenção, retorna uma amostra de aproximadamente 50 preços por item, conforme a pesquisa de preços do processo.

Considerando que a OMS já possui o material e precisa apenas da recarga, além de não ter sido observado em nenhum ETP de outras unidades a locação desse tipo de material, a opção de locação foi descartada.

A solução mais viável tem quantidade suficiente de fornecedores passíveis de participarem do processo de contratação.

Ao final do levantamento de mercado realizado, chegou-se à conclusão de que a aquisição da carga de extintores acrescida do serviço acessório de manutenção é a solução mais viável ao presente caso.

7. Descrição da solução como um todo

A solução escolhida para atender à necessidade encontrada, que se converterá no objeto desta contratação é a aquisição da carga de extintores acrescida do serviço acessório de manutenção, conforme especificações que seguem abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico Seco Classe: Bc , Capacidade Carga: 4 Kg, com serviço acessório de manutenção do equipamento.	603799	Unidade	1	R$ 38,29	R$ 38,29
2	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico , Capacidade Carga: 6 Kg, com serviço acessório de manutenção do equipamento.	487676	Unidade	6	R$ 44,95	R$ 269,70
3	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Gás Carbônico , Capacidade Carga: 6 Kg, com serviço acessório de manutenção do equipamento.	236535	Unidade	6	R$ 93,80	R$ 562,80
4	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Água Pressurizada , Capacidade Carga: 10 L, com serviço acessório de manutenção do equipamento.	327095	Unidade	2	R$ 39,50	R$ 79,00

Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item a constar no Termo de Referência e a descrição vinculada ao código do material no sistema (CATMAT ou CATSER), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

No que tange às considerações técnicas para a especificação do objeto foram consideradas as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.150 de 1962.

O objeto licitatório é de natureza comum pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII do art. 125 da Lei 14.133, de 2021.

HGu Porto Velho
Fl: 07
SALC

O objeto não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

O fornecimento dos materiais não tem natureza continuada.

O prazo máximo para execução dos serviços de recarga é de 10 dias corridos a contar da data da retirada da Unidade administrativa.

O recebimento provisório, para posterior verificação da conformidade dos extintores de incêndio e acessórios com as exigências constantes em Termo de Referência dar-se-á em até 05 (cinco) dias corridos.

O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de efetivação do recebimento provisório.

Fazendo-se necessária a substituição de equipamento, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, para executá-la, contados do primeiro dia útil subsequente àquele do recebimento da notificação expedida pela CONTRATANTE, que poderá ser feita por correio eletrônico, para a adoção das medidas corretivas.

O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 12 meses, conforme art. 106 da Lei 14133/21, a contar da data da assinatura do respectivo termo ou outra data determinada pela contratante, podendo ser prorrogado por iguais períodos, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 107 do mesmo Instrumento Legal.

A garantia mínima de peças e de validade dos serviços de recarga é de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

A validade da garantia da manutenção 3° nível do cilindro dos extintores é de 5 (cinco) anos.

A nota fiscal/fatura dos serviços realizados deverá vir acompanhada dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Estaduais e Municipais.

O objeto será fornecido de forma integral (em parcela única).

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para a estimativa das quantidades contratadas, foi considerada a expectativa de consumo anual.

Para apurar a estimativa das quantidades pretendidas foi utilizada a série histórica de consumo, sem acréscimos. Visto que não foram adquiridos novos extintores no ano de 2023.

Segue em anexo a memória de cálculo das quantidades (planilha de controle de extintores existentes na OMS) e as notas de empenho emitidas no ano anterior para o mesmo tipo de aquisição.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 949,79

O preço estimado da contratação é R$ 949,79 (novecentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos).

Os preços unitários referenciais, memórias de cálculo e documentos que dão suporte à estimativa do valor da contratação constam na pesquisa de preços e respectiva nota técnica.

HGu Porto Velho
Fl: 08
SALC

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução é a regra devendo a aquisição ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

O disposto encontra-se aplicável na presente demanda, não sendo vislumbrado, no momento, motivações para a não adoção do parcelamento do objeto em itens, visto que o mercado local tem quantidade suficiente de empresas que podem disputar os itens separadamente, propiciando ampliação da competição.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação possui alinhamento com o planejamento estratégico do HGuPV, pois contribuirá para o desenvolvimento de sua missão: "Executar as atividades inerentes a Função Logística de Saúde, em benefício dos militares e seus dependentes, das Organizações Militares sediadas na área de jurisdição da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, bem como da 12ª Região Militar e do Comando Militar da Amazônia, com foco na Segurança do Paciente e na Gestão Eficiente de Recursos". (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO HGuPV/2020)

Cabe destacar que o Objetivo Estratégico numero 03 é "Prover apoio logístico e estrutural para atender todas as necessidades do HGuPV".

A política pública vinculada à contratação é a de assistência à saúde a família militar na área de abrangência da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, que reside no estado de Rondônia, Acre e no município de Humaitá/AM.

A contratação está devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual do HGuPV e está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A contratação está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável do HGuPV.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação visa atender a legislação vigente quanto a manutenção dos preventivos de segurança contra incêndio e emergência de uso coletivo e adequar, consequentemente, os equipamentos instalados no Hospital de Guarnição de Porto Velho e, como também atender a validade da recarga dos extintores e proporcionar condições de segurança contra incêndio e pânico aos ocupantes das edificações e áreas de risco, possibilitando a desocupação segura e evitar perdas patrimoniais, ambientais e humanas.

14. Providências a serem Adotadas

No caso específico desta contratação não haverá necessidade de adequação das instalações atuais para a instalação dos equipamentos bem como não haverá o remanejamento dos equipamentos dos pontos atuais em que estão localizados.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A empresa que prestará o serviço de recarga e teste hidrostático nos extintores de incêndio, deverá comprovar que realiza o descarte adequado, ecologicamente correto, dos cilindros e demais materiais descartados, observando o disposto na Instrução

HGu Porto Velho
Fl: 09
SALC

Normativa nº 01 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública direta, autárquica ou fundacional, no que couber, e nas normas técnicas e/ou recomendações do fabricante dos equipamentos e da ABNT.

Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:
a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;
b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;
c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;
d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;
e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;
f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2° e parágrafos da citada Resolução;
g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

g.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.
g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta contratação é viável e razoável levando em consideração todos os elementos deste ETP, havendo expectativa de que a solução encontrada no levantamento de mercado tenha potencial para atender a necessidade da Administração.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

HGu Porto Velho
Fl: 10
SALC

BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ

Oficial de Combate a incêndio

Assinou eletronicamente em 15/03/2024 às 10:40:43.

HGu Porto Velho
Fl: 11
SALC

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - NE 911.pdf (22.01 KB)
- Anexo II - NE 912.pdf (22.16 KB)
- Anexo III - NE 913.pdf (22.0 KB)
- Anexo IV - CONTROLE EXTINTORES.pdf (30.04 KB)

HGu Porto Velho
Fl: 12
SALC

Anexo I - NE 911.pdf

Data e hora da consulta: 02/09/2022 08:47
Usuário: ***.855.402-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
167351	HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
[redacted]	[redacted]	7[redacted]

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	([redacted](DIR)/3218-4805(RP)/ 3218-4809

Ano	Tipo	Número
2022	NE	911

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	171497	0150270001	339039	167505	D8SAFUNREEX

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
01/09/2022	Global	64012.002832/2022	0,0000	240,00

Favorecido

Código	Nome
22.871.544/0001-61	GLOBAL COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS EM RECAR

Endereço	CEP
POTI 85 TUPY	[redacted]

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
126	PREGAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 10.520 / 2002	1	-	-	-

Descrição
AQS DE SERVIÇO DE MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - 2022NC416410-DGP, DE 14JUN2022-DIEX NR 38-S3, DE 29AGO2022 -PE NR 07/2022 -UGP-160350 - PRAZO DE ENTREGA DE 30 DIAS.

Local da Entrega
R. RUI BARBOSA, 409- CENTRO, PORTO VELHO-RO - 76801-010

Informação Complementar
160350050000720 22 - UASG Minuta: 160351

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	01/09/2022 15:10:19	Alteração

Data e hora da consulta: 02/09/2022 08:47
Usuário: ***.855.402-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	240,00

Subelemento 17 - MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00004 - Serviço de Manutenção e recarga de extintores de incêndio de 6 kg de Pó Químic o, tipo BC de níveis 01, 02 e 03, manutenção de válvula, pressurização com N2, rotulação, selos do INMETRO	240,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/09/2022	Inclusão	6,00000	40,0000	240,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SÉRGIO RICERDO LOBO LOUREIRO
***.451.907-**
01/09/2022 15:10:19

Responsável pela Nota de Empenho
WASHINGTON LUIZ DOS ASNTOS ASSIS
***.506.647-**
01/09/2022 12:36:05

Versão	Data/Hora	Operação
002	01/09/2022 15:10:19	Alteração

HGu Porto Velho
Fl: 15
SALC

Anexo II - NE 912.pdf

Data e hora da consulta: 02/09/2022 08:49
Usuário: ***.855.402-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
167351	HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
[redacted]2	[redacted]	[redacted]

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	[redacted](DIR)/3218-4805(RP)/ 3218-4809

Ano	Tipo	Número
2022	NE	912

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	171497	0150270001	339039	167505	D8SAFUNREEX

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
01/09/2022	Global	23243001965202286	0,0000	688,00

Favorecido

Código	Nome
22.871.544/0001-61	GLOBAL COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS EM RECAR

Endereço	CEP
POTI 85 TUPY	76804-578

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
126	PREGAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 10.520 / 2002	1	-	-	-

Descrição
AQS DE SERVIÇO DE MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - 2022NC416410-DGP, DE 14JUN2022-DIEX NR 36-S3, DE 29AGO2022 -PE NR 39/2022 -UGP-158148 - PRAZO DE ENTREGA DE 30 DIAS.

Local da Entrega
R. RUI BARBOSA, 409- CENTRO, PORTO VELHO-RO - 76801-010

Informação Complementar
15814805000392022 - UASG Minuta: 160351

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	01/09/2022 15:10:19	Alteração

Data e hora da consulta: 02/09/2022 08:49
Usuário: ***.855.402-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	688,00

Subelemento 17 - MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00021 - CARGA EXTINTOR INCÊNDIO, TIPO CARGA GÁS CARBÔNICO, CAPACIDADE CARGA 6 KG	660,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/09/2022	Inclusão	6,00000	110,0000	660,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Item compra: 00025 - CARGA EXTINTOR INCÊNDIO, TIPO CARGA PÓ QUÍMICO SECO, CAPACIDADE CARGA 4 KG	28,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/09/2022	Inclusão	1,00000	28,0000	28,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SÉRGIO RICERDO LOBO LOUREIRO
***.451.907-**
01/09/2022 15:10:19

Responsável pela Nota de Empenho
WASHINGTON LUIZ DOS ASNTOS ASSIS
***.506.647-**
01/09/2022 12:38:11

Versão	Data/Hora	Operação
002	01/09/2022 15:10:19	Alteração

HGu Porto Velho
Fl: 18
SALC

Anexo III - NE 913.pdf

Data e hora da consulta: 02/09/2022 08:46
Usuário: ***.855.402-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
167351	HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
[redacted]	[redacted]	[redacted]

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	[redacted](DIR)/3218-4805(RP)/ 3218-4809

Ano	Tipo	Número
2022	NE	913

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	171497	0150270001	339039	167505	D8SAFUNREEX

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
01/09/2022	Global	64012.002832/2022	0,0000	100,00

Favorecido

Código	Nome
22.871.544/0001-61	GLOBAL COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS EM RECAR

Endereço	CEP
POTI 85 TUPY	76804-578

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
126	PREGAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 10.520 / 2002	1	-	-	-

Descrição
AQS DE SERVIÇO DE MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - 2022NC416410-DGP, DE 14JUN2022-DIEX NR 38-S3, DE 29AGO2022 -PE NR 07/2022 -UGP-160350 - PRAZO DE ENTREGA DE 30 DIAS.

Local da Entrega
R. RUI BARBOSA, 409- CENTRO, PORTO VELHO-RO - 76801-010

Informação Complementar
160350050000072022 - UASG Minuta: 160351

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	01/09/2022 15:10:19	Alteração

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Data e hora da consulta: 02/09/2022 08:46
Usuário: ***.855.402-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	100,00

Subelemento 17 - MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00009 - Serviço de Manutenção e recarga de extintores de incêndio de 10 litros de água pressurizada tipo AP classe A de níveis 01, 02 e 03, manutenção de válvula, p ressurização com N2, rotulação, selos do INMETRO	100,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/09/2022	Inclusão	2,00000	50,0000	100,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SÉRGIO RICERDO LOBO LOUREIRO
***.451.907-**
01/09/2022 15:10:19

Responsável pela Nota de Empenho
WASHINGTON LUIZ DOS ASNTOS ASSIS
***.506.647-**
01/09/2022 12:46:54

Versão	Data/Hora	Operação
002	01/09/2022 15:10:19	Alteração

HGu Porto Velho
FI: 21
SALC

Anexo IV - CONTROLE EXTINTORES.pdf

FICHA CONTROLE DE EXTINTORES

Nr ordem	Localização	Qtd	Carga (kg)	Tipo	Cpcd Ext	Situação de carga		Pino de Segurança	Suporte	Altura	Placa Idt	Marcação no chão
						Rec em	validade					
1	Almoxarifado (depósito)	1	6	CO2	5BC	10/22	10/23	Não	OK	OK	OK	Não
2	Corredor SAME/Refeitórios	1	6	CO2	5BC	10/22	10/23	OK	OK	OK	Não	Não
3	Recepção PMPA	1	6	CO2	5BC	10/22	10/23	OK	OK	OK	OK	Não
4	Entrada Odontologia	1	6	CO2	5BC	10/22	10/23	OK	OK	OK	OK	Não
5	Entrada Fisioterapia	1	6	CO2	5BC	10/22	10/23	Não	OK	OK	OK	Não
6	Cilindros de gáses medicinais	1	4	PQS	20BC	10/22	10/23	OK	OK	OK	OK	Não
7	Almoxarifado frente depósito	1	10	H2O	-	10/22	10/23	OK	OK	OK	OK	Não
8	Contingente	1	10	H2O	-	10/22	10/23	OK	OK	OK	OK	Não
9	Administração aprovisionamento	1	6	PQS	20BC	10/22	10/23	OK	OK	OK	OK	Não
10	Corredor Fusex/Informática	1	6	PQS	20BC	10/22	10/23	Não	OK	OK	OK	Não
11	Contingente	1	6	PQS	20BC	10/22	10/23	OK	OK	OK	OK	Não
12	Lavanderia	1	6	PQS	20BC	10/22	10/23	OK	OK	OK	OK	Não
13	Fundos aprovisionamento	1	6	PQS	20BC	10/22	10/23	OK	OK	OK	OK	Não
14	Enfermaria	1	6	PQS	20BC	10/22	10/23	OK	OK	OK	OK	Não
15	Depósito Almoxarifado (Reserva)	1	6	CO2	5BC	10/22	10/23	OK	OK	OK	OK	Não

BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ – 1° Ten
Oficial de Combate a Incêndio do H Gu PV

HGu Porto Velho
Fl: 22
SALC

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
12/2024	BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ	21/02/2024 10:40

Objeto da Matriz de Riscos

Aquisição de carga de extintores

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Ausência da previsão da demanda no Plano de Contratações Anual (PCA)	Falta de planejamento do setor requisitante	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Impossibilidade ou atraso da contratação					
	Ações Preventivas					
P-01	Enc SALC confere com os setores requisitantes se alguma demanda deixou de ser lançada no PCA em A-1.			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		
P-02	Presidente da equipe de planejamento da contratação verifica durante a elaboração do ETP se a demanda foi inserida no PCA.			**Responsável:** BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ		
	Ações de Contingência					
C-01	Enc SALC solicita ao setor requisitante a formalização das justificativas para alteração intempestiva do PCA, levando-as para aprovação do OD.			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Superdimensionamento ou insuficiência das quantidades demandadas	Falha de utilização de memória de cálculo e projeções	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Desperdício ou necessidade de abertura de nova licitação					
	Ações Preventivas					
P-01	Auxiliar da SALC confere se há memória de cálculo e projeções coerentes durante a elaboração do ETP			**Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS		
P-02	Enc SALC confere se há memória de cálculo e projeções coerentes após ETP ser entregue na SALC			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		
	Ações de Contingência					
C-01	Enc SALC devolve ETP para a equipe de planejamento realizar as correções devidas			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Especificações incompletas e/ou desnecessárias ou com requisitos técnicos irrelevantes e/ou insuficientes	Falta de conhecimento técnico da equipe de planejamento	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação ou não atendimento da demanda					
	Ações Preventivas					
P-01	OD designa Equipe de Planejamento da Contratação contendo pelo menos um integrante técnico do setor requisitante			**Responsável:** CARLOS CHERME DA SILVA NOGUEIRA		
P-02	Presidente da equipe de planejamento revisa as especificações e requisitos técnicos juntamente com o integrante técnico da equipe antes do envio do ETP			**Responsável:** BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ		
	Ações de Contingência					
C-01	Equipe de planejamento refaz o ETP com as devidas correções			**Responsável:** BRUNO MARCELO DE SOUZA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Documentos da fase preparatória com informações divergentes quando comparados	Falta de revisão do processo como um todo após elaboração do edital	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Contratação mal fundamentada e/ou que não atende a necessidade					
	Ações Preventivas					
P-01	Aux SALC revisa o processo como um todo antes de despachar com o Enc SALC			**Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS		
P-02	Enc SALC revisa o processo como um todo antes de despachar com o OD			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		
	Ações de Contingência					
C-01	Equipe de planejamento refaz o ETP com as devidas correções			**Responsável:** BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Exigências que podem direcionar a contratação para determinado fornecedor	Levantamento de mercado inadequado	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
	Diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação					
	Ações Preventivas					
P-01	Auxiliar da SALC verifica se no ETP que está sendo elaborado consta adequado levantamento de mercado			**Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS		
P-02	Enc SALC verifica se no ETP recebido consta adequado levantamento de mercado			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		
	Ações de Contingência					
C-01	Enc SALC devolve ETP para a Equipe de planejamento realizar as correções devidas			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Pesquisa de preços inadequada	Agentes responsáveis pela pesquisa de preços sem capacitação	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Superfaturamento ou inexecução contratual					
	Ações Preventivas					
P-01	Auxiliar da SALC confere se a pesquisa está sendo realizada conforme padronização do Enc SALC			**Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS		
P-02	Enc SALC confere se a pesquisa foi entregue conforme padronização estabelecida			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		
	Ações de Contingência					
C-01	Enc SALC devolve a pesquisa de preços para a Equipe de planejamento realizar as correções devidas			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Insuficiência de critérios de sustentabilidade	ETP incompleto	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Aumento da probabilidade de impactos ambientais					
	Ações Preventivas					
P-01	Auxiliar da SALC confere se no ETP que está sendo elaborado existem critérios de sustentabilidade e se estão alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNCS)			**Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS		
P-02	Enc SALC confere se no ETP recebido existem critérios de sustentabilidade e se estão alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNCS)			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		
	Ações de Contingência					
C-01	Enc SALC devolve ETP para a equipe de planejamento realizar as correções devidas			**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Atraso na divulgação do ato convocatório após toda a documentação da fase preparatória ter sido elaborada	Quantidade insuficiente de agentes de contratação em relação ao volume de demandas	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Impossibilidade ou atraso da contratação					

	Ações Preventivas	
P-01	Adj SALC acompanha cronograma dos processos licitatórios estabelecido no PCA de A-1 e estipula prazos aos pregoeiros	**Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS
P-02	Enc SALC acompanha o cumprimento dos prazos estabelecidos no PCA em A-1	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA
	Ações de Contingência	
C-01	Enc SALC reavalia com a Direção a priorização do processo atrasado em detrimento de outros levando em consideração o grau de urgência da contratação	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Seleção de fornecedor que não atende aos requisitos mínimos de qualidade e desempenho estabelecidos	Descuido do agente de contratação e equipe de apoio	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

	Impactos	
1	Não atendimento ou atendimento insuficiente da necessidade da contratação	
	Ações Preventivas	
P-01	OD designa equipe de apoio com integrante técnico capaz avaliar as especificações técnicas das propostas	**Responsável:** CARLOS CHERME DA SILVA NOGUEIRA
P-02	Agente de contratação (pregoeiro no caso de licitação) realiza julgamento das propostas junto com a equipe de apoio	**Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS
	Ações de Contingência	
C-01	Agente de contratação (pregoeiro no caso de licitação) somente aceita a proposta após parecer e ateste do integrante técnico da equipe	**Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Desclassificação de proposta vantajosa por erros formais ou vícios sanáveis	Descuido do agente de contratação	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

	Impactos	
1	Não seleção da proposta mais vantajosa	
	Ações Preventivas	
P-01	Agente de contratação (pregoeiro no caso de licitação) realiza diligências antes de desclassificar proposta	**Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS
P-02	Enc SALC acompanha o andamento da sessão pública	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA
	Ações de Contingência	
C-01	Enc SALC exige que pregoeiro desclassifique propostas apenas após diligências realizadas	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-11	Seleção de fornecedor que não atende a exigências previstas na habilitação	Descuido do agente de contratação	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

	Impactos	
1	Contratação de fornecedor inapto a suprir a demanda da administração	
	Ações Preventivas	
P-01	Agente de contratação (pregoeiro no caso de licitação) conclui habilitação somente após revisar a conferência já realizada	**Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS
P-02	Enc SALC acompanha o andamento da sessão pública	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA
	Ações de Contingência	
C-01	Enc SALC orienta OD a não homologar o item destinado a fornecedor que não atende aos requisitos da habilitação	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-12	Ausência de ampla publicidade do ato convocatório	Universo restrito de possíveis fornecedores que atendam à demanda	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

	Impactos	
1	Licitação deserta, fracassada ou desvantajosa	
	Ações Preventivas	
P-01	Setor requisitante divulga abertura da licitação por e-mail para a maior quantidade possível de potenciais licitantes	**Responsável:** BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ
P-02	Enc SALC confere se foi dada ampla publicidade do ato convocatório	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA
	Ações de Contingência	
C-01	Enc SALC orienta pregoeiro a realizar nova publicação com a devida publicidade necessária	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item

R-13	Atuação falha nas respostas aos recursos, pedidos de esclarecimento ou impugnação	Descuido do agente de contratação e equipe de apoio	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio

Impactos

1 Questionamentos futuros, sobre a contratação, com possibilidade de anulação do processo

Ações Preventivas

P-01 Agente de contratação (pregoeiro no caso de licitação) elabora respostas sempre evidenciando os amparos em legislação e complementando com os embasamentos técnicos da equipe de apoio — **Responsável:** VINICIUS FREITAS MATHEUS LIRA

P-02 Enc SALC confere os rascunhos das respostas formuladas antes de envio aos interessados pelo pregoeiro — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC devolve o rascunho da resposta com as observações necessárias para o pregoeiro realizar as correções — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-14	Inobservância de proposta fictícia, de fachada ou de cobertura, apresentada ou de desatendimento proposital dos requisitos de habilitação para favorecer determinada empresa	Conluio entre fornecedores	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Questionamentos futuros, sobre a contratação, com possibilidade de anulação do processo

Ações Preventivas

P-01 Agente de contratação (pregoeiro no caso de licitação) busca padrões de comportamento comum e/ou recorrentes entre os fornecedores — **Responsável:** VINICIUS FREITAS MATHEUS LIRA

P-02 Enc SALC acompanha o andamento da sessão pública — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC alerta pregoeiro para que realize diligências a fim de elucidar os indícios e provocar a abertura de processo administrativo sancionador se for o caso — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-15	Aceitação de proposta com preço acima do valor de referência ou manifestadamente inexequível	Descuido do agente de contratação	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Superfaturamento ou inexecução contratual

Ações Preventivas

P-01 Agente de contratação (pregoeiro no caso de licitação) negocia redução de preço acima do valor referência e realiza diligências caso preço esteja muito abaixo da média das propostas — **Responsável:** VINICIUS FREITAS MATHEUS LIRA

P-02 Enc SALC acompanha o andamento da sessão pública — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC assessora OD a não homologar item com preço acima do valor de referência ou manifestadamente inexequível — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-16	Recebimento de produtos/serviços com características diferentes do especificado ou que não foram entregues.	Falha de conferência no recebimento provisório dos fiscais de contrato e no recebimento definitivo do gestor de contrato	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

Impactos

1 Não atendimento da necessidade da contratação

Ações Preventivas

P-01 Auxiliar da carteira de contratos da SALC indica para serem designados gestores e fiscais de contrato preferencialmente os próprios requisitantes e/ou outros militares que detenham conhecimento técnico necessário para conferência no recebimento — **Responsável:** FABIO GIL LOPES SILVA

P-02 Fiscal Administrativo verifica semanalmente com os gestores e fiscais de contrato o andamento das execuções contratuais — **Responsável:** ROBERTO DE SOUZA COELHO

Ações de Contingência

C-01	Fiscal Administrativo orienta gestor de contrato a cobrar do contratado a devolução do material e envio de novo material com especificações corretas ou repetição do serviço conforme especificações constantes do TR e Contrato	**Responsável:** ROBERTO DE SOUZA COELHO

HGu Porto Velho
Fl: 27
SALC

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-17	Prorrogação contratual não formalizada em tempo hábil	Falta de atuação tempestiva do gestor e fiscal técnico do contrato	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

	Impactos	
1	Descontinuidade do serviço ou fornecimento contínuo	
	Ações Preventivas	
P-01	Auxiliar da carteira de contratos da SALC alerta o gestor e fiscal de contrato antes de 3 meses do término da vigência contratual	**Responsável:** FABIO GIL LOPES SILVA
P-02	Enc SALC acompanha semanalmente os prazos de vigência contratual por meio do Compras.gov.br Contratos	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA
	Ações de Contingência	
C-01	Enc SALC envia DIEx para Ch DA, Gestor e Fiscal Técnico do Contrato alertando quanto à possibilidade de descontinuidade do contrato caso não tenha ocorrido provocação da renovação a 3 meses do término da vigência contratual	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-18	Atraso ou não entrega/execução do material/serviço.	Aumento de custos ou problemas logísticos da contratada	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

	Impactos	
	Atraso ou não atendimento da necessidade da contratação	
	Ações Preventivas	
P-01	Gestor de contrato notifica o fornecedor com tempestividade, antes e logo após ultrapassado o prazo pra entrega/execução do objeto, alertando sobre a possibilidade de abertura de processo administrativo sancionador	**Responsável:** LISSANDRO ANONY FORTES
P-02	Fiscal Administrativo verifica semanalmente com os gestores e fiscais de contrato o andamento das execuções contratuais	**Responsável:** ROBERTO DE SOUZA COELHO
	Ações de Contingência	
C-01	Gestor de contrato solicita ao Fiscal Administrativo a abertura de processo administrativo sancionador	**Responsável:** LISSANDRO ANONY FORTES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-19	Concessão indevida ou não concessão prevista de reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro	Falta de conhecimento do Gestor e do Fiscal de Contrato	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

	Impactos	
1	Precariedade da execução contratual ou dano ao erário	
	Ações Preventivas	
P-01	Auxiliar da carteira de contratos da SALC auxilia gestor e fiscal de contrato orientando sobre prazos e metodologia para alterações contratuais	**Responsável:** FABIO GIL LOPES SILVA
P-02	Enc SALC analisa o conteúdo das documentações elaboradas sobre alterações contratuais antes de despachar com o OD	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA
	Ações de Contingência	
C-01	Enc SALC devolve o pedido de alteração contratual ao gestor do contrato para correções	**Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-20	Não manutenção das condições de habilitação exigidas	Falta de atuação do gestor e fiscal administrativo do contrato	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

	Impactos	
1	Dificuldade ou inviabilização da execução do objeto	
	Ações Preventivas	
P-01	Gestor e fiscal de contrato verificam frequentemente as condições de habilitação da empresa	**Responsáveis:** BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ, LISSANDRO ANONY FORTES
P-02	Auxiliar da carteira de empenhos da SALC verifica condições de habilitação por ocasião da emissão de notas de empenho	**Responsável:** VINICIUS MATHEUS LIRA FREITAS
	Ações de Contingência	
C-01	Auxiliar da carteira de empenhos devolve requisição de empenho ao gestor de contrato e fiscal de contrato para que façam gestões junto a contratada	**Responsável:** ANALIA DA SILVA VIEIRA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Fiscalização	Acúmulo de contratos a serem geridos ou				

R-21	inexistente ou inadequada fiscalizados		Gestão de Contrato	Administração	Médio

Impactos

1 Atraso ou não atendimento da necessidade

Ações Preventivas

P-01 Auxiliar da carteira de contratos da SALC mantém escala de designação de gestores e fiscais de contrato de forma a evitar sobrecarregar militares — **Responsável:** FABIO GIL LOPES SILVA

P-02 Enc SALC acompanha o tratamento isonômico para distribuição das funções de gestor e fiscal de contrato — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Ações de Contingência

C-01 Enc SALC indica as alterações necessárias quanto à mudança de gestor e fiscal de contrato para o Fiscal Adm — **Responsável:** LEONARDO NUNES SANTANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-22	Atraso no pagamento de faturas/notas fiscais	Lentidão no recebimento provisório pelos fiscais de contrato e recebimento definitivo pelo gestor do contrato	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

Impactos

1 Precariedade da execução contratual e pagamento de juros, mora e/ou multa

Ações Preventivas

P-01 Gestor e fiscal estabelecem rotina para que um alerte o outro acerca da tempestividade necessária dos recebimentos — **Responsáveis:** BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ, LISSANDRO ANONY FORTES

P-02 Fiscal Administrativo acompanha a atuação dos gestores e fiscais de contrato quanto ao pagamento de faturas/notas fiscais — **Responsável:** ROBERTO DE SOUZA COELHO

Ações de Contingência

-01 Fiscal Administrativo cobra do gestor e fiscal de contrato que estão atrasados quanto ao recebimento — **Responsável:** ROBERTO DE SOUZA COELHO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-23	Inversão dos estágios da despesa	Recebimento provisório e definitivo indevidos	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

Impactos

1 Atraso ou não atendimento da necessidade

Ações Preventivas

P-01 Gestor de contrato elabora termo de recebimento definitivo somente após minuciosa conferência do termo de recebimento provisório do fiscal de contrato — **Responsável:** LISSANDRO ANONY FORTES

P-02 Chefe do setor financeiro (tesouraria) verifica se recebimentos foram atestados antes da liquidação da NF — **Responsável:** BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ

Ações de Contingência

C-01 Chefe do setor financeiro (tesouraria) devolve ao gestor de contrato as NF cujos recebimentos não foram atestados — **Responsável:** BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

BRUNO [redacted]

Agente de contratação

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
21/2024	160351	Concluída	BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ

Título: Recarga de extintores de incêndio

Observações:

Total de itens cotados: 4 **Valor total da pesquisa de preços:** R$ 949,7900

ns cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
603799 - Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico Seco Classe: Bc , Capacidade Carga: 4 K	Unidade	1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 17,0000	R$ 37,7076	R$ 38,2900	Coeficiente de Variação: 34,5981% Desvio Padrão: 13,0461 Maior Preço: R$ 65,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 135,0000	08/02/2024	Não
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	19	Unidade	R$ 43,0000	08/02/2024	Sim
3	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	5550	Unidade	R$ 23,3000	07/02/2024	Sim
4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R$ 43,4000	01/02/2024	Sim
5	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANá - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 18,0000	07/12/2023	Sim
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 33,8000	28/11/2023	Sim
7	I	PREFEITURA DE CAFELANDIA - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R$ 24,0000	24/11/2023	Sim
8	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	57	Unidade	R$ 48,2500	24/11/2023	Sim
9	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 46,0000	23/11/2023	Sim
		UNIVERSIDADE TECNOLOGICA					

HGu Porto Velho
Fl: 30
SALC

10	I	FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 30,0000	06/11/2023	Sim
11	I	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	137	Unidade	R$ 29,0000	06/11/2023	Sim
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	7	Unidade	R$ 90,0000	06/11/2023	Não
13	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 17,0000	01/11/2023	Sim
14	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	3	Unidade	R$ 55,0000	30/10/2023	Sim
15	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	4	Unidade	R$ 55,0000	30/10/2023	Sim
16	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	6	Unidade	R$ 26,0000	06/10/2023	Sim
17	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	44	Unidade	R$ 38,0000	05/10/2023	Sim
18	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	19	Unidade	R$ 34,6500	04/10/2023	Sim
19	I	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 29,9000	29/09/2023	Sim
20	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	40	Unidade	R$ 350,0000	28/09/2023	Não
21	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANá - Compras.gov.br	4	Unidade	R$ 40,0000	28/09/2023	Sim
22	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 20,0000	27/09/2023	Sim
23	I	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA - Compras.gov.br	14	Unidade	R$ 18,0000	26/09/2023	Sim
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	421	Unidade	R$ 40,0000	25/09/2023	Sim
25	I	PREFEITURA DE TUPASSI - PR - Compras.gov.br	46	Unidade	R$ 25,0000	21/09/2023	Sim
26	I	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	6	Unidade	R$ 50,0000	13/09/2023	Sim
27	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 55,0000	12/09/2023	Sim
28	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	8	Unidade	R$ 45,0000	31/08/2023	Sim
29	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANá - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 25,0000	29/08/2023	Sim
30	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	22	Unidade	R$ 41,0000	24/08/2023	Sim
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 38,2900	23/08/2023	Sim
32	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 120,0000	23/08/2023	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R$ 40,0000	17/08/2023	Sim
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 60,0000	28/07/2023	Sim
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 21,0000	28/07/2023	Sim
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R$ 39,0000	28/07/2023	Sim
37	I	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU - Compras.gov.br	23	Unidade	R$ 20,0000	21/07/2023	Sim
38	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 24,2500	18/07/2023	Sim
39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	13	Unidade	R$ 42,0000	18/07/2023	Sim
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 35,0000	14/07/2023	Sim
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.					

HGu Porto Velho
Fl: 11/07/2023 31
SALC

41	I	gov.br	4 Unidade	R$ 35,0000	12/07/2023	Sim
42	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 Unidade	R$ 50,0000	11/07/2023	Sim
43	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	7 Unidade	R$ 65,0000	07/07/2023	Sim
44	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	7 Unidade	R$ 49,0000	07/07/2023	Sim
45	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	8 Unidade	R$ 99,0000	07/07/2023	Não
46	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	20 Unidade	R$ 50,0000	30/06/2023	Sim
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10 Unidade	R$ 60,0000	28/06/2023	Sim
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	11 Unidade	R$ 60,0000	28/06/2023	Sim
49	I	INST.NAC. DE METROLOGIA, NORMAL. E QUAL.IND. - Compras.gov.br	20 Unidade	R$ 30,0000	23/06/2023	Sim
50	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	10 Unidade	R$ 25,0000	20/06/2023	Sim

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
487676 - Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico , Capacidade Carga: 6	Unidade	6

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 18,0000	R$ 43,3788	R$ 44,9500	Coeficiente de Variação: 27,9644% Desvio Padrão: 12,1306 Maior Preço: R$ 60,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC. NAT.RENOVAV. - Compras.gov.br	8	Unidade	R$ 60,0000	11/12/2023	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - Compras.gov.br	12	Unidade	R$ 120,0000	26/10/2023	Não
3	I	PREFEITURA DE TUPASSI - PR - Compras.gov.br	13	Unidade	R$ 37,8000	21/09/2023	Sim
4	I	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	4	Unidade	R$ 50,0000	03/08/2023	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	131	Unidade	R$ 14,0000	20/07/2023	Não
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 40,0000	19/07/2023	Sim
7	I	PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	6	Unidade	R$ 38,0000	05/07/2023	Sim
8	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	500	Unidade	R$ 18,0000	16/06/2023	Sim
9	I	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA - Compras.gov.br	28	Unidade	R$ 49,9000	12/05/2023	Sim
10	I	ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 500,0000	25/04/2023	Não
11	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-RN - Compras.gov.br	6	Unidade	R$ 53,3300	28/03/2023	Sim

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
236535 - Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Gas Carbônico , Capacidade Carga: 6 K	Unidade	6

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 60,0000	R$ 97,7746	R$ 93,8000	Coeficiente de Variação: 27,7942% Desvio Padrão: 27,1757 Maior Preço: R$ 180,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Quantidade mínima: 1
Quantidade máxima: 20
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	4	Unidade	R$ 70,0000	29/12/2023	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 50,0000	29/12/2023	Não
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 94,9000	27/12/2023	Sim
4	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 150,0000	18/12/2023	Sim
5	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 234,9500	18/12/2023	Não
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	19	Unidade	R$ 88,9000	14/12/2023	Sim
7	I	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 95,0000	07/12/2023	Sim
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHãO - Compras.gov.br	14	Unidade	R$ 96,0000	06/12/2023	Sim
9	I	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R$ 71,2500	17/11/2023	Sim
10	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANá - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 125,0000	13/11/2023	Sim
11	I	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 80,0000	08/11/2023	Sim
12	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 94,0000	07/11/2023	Sim
13	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANá - Compras.gov.br	9	Unidade	R$ 55,0000	07/11/2023	Não
14	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R$ 140,0000	06/11/2023	Sim
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	9	Unidade	R$ 125,0000	26/10/2023	Sim
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	17	Unidade	R$ 93,8000	20/10/2023	Sim
17	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	19	Unidade	R$ 109,0000	11/10/2023	Sim
18	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	5	Unidade	R$ 58,0000	05/10/2023	Não
19	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	4	Unidade	R$ 100,0000	04/10/2023	Sim

HGu Porto Velho
Fl: 33
SALC

20	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANá - Compras.gov.br	8 Unidade	R$ 60,0000	03/10/2023	Sim
21	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANá - Compras.gov.br	7 Unidade	R$ 45,0000	03/10/2023	Não
22	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	4 Unidade	R$ 78,0000	29/09/2023	Sim
23	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS - Compras.gov.br	11 Unidade	R$ 30,0000	28/09/2023	Não
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1 Unidade	R$ 120,0000	27/09/2023	Sim
25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE - Compras.gov.br	7 Unidade	R$ 60,0000	22/09/2023	Sim
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	9 Unidade	R$ 148,0000	19/09/2023	Sim
27	I	CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - Compras.gov.br	1 Unidade	R$ 99,9900	14/09/2023	Sim
28	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10 Unidade	R$ 80,0000	12/09/2023	Sim
29	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	5 Unidade	R$ 200,0000	31/08/2023	Não
30	I	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA - Compras.gov.br	8 Unidade	R$ 95,0000	29/08/2023	Sim
31	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	10 Unidade	R$ 85,0000	24/08/2023	Sim
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5 Unidade	R$ 93,3900	23/08/2023	Sim
33	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	1 Unidade	R$ 180,0000	18/08/2023	Sim
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1 Unidade	R$ 89,9800	16/08/2023	Sim
35	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	1 Unidade	R$ 70,0000	10/08/2023	Sim
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	13 Unidade	R$ 75,0000	08/08/2023	Sim
37	I	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - Compras.gov.br	12 Unidade	R$ 228,0000	03/08/2023	Não
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1 Unidade	R$ 1.400,0000	28/07/2023	Não
39	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	5 Unidade	R$ 60,0000	27/07/2023	Sim
40	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	2 Unidade	R$ 80,0000	21/07/2023	Sim
41	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	16 Unidade	R$ 120,0000	18/07/2023	Sim
42	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4 Unidade	R$ 50,0000	14/07/2023	Não
43	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	1 Unidade	R$ 140,0000	12/07/2023	Sim
44	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	2 Unidade	R$ 120,0000	07/07/2023	Sim
45	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	13 Unidade	R$ 90,0000	30/06/2023	Sim
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	14 Unidade	R$ 71,0000	29/06/2023	Sim
47	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	8 Unidade	R$ 90,0000	29/06/2023	Sim
48	I	DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - Compras.gov.br	13 Unidade	R$ 100,0000	27/06/2023	Sim
49	I	CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAS-PE - Compras.gov.br	6 Unidade	R$ 75,0000	26/06/2023	Sim
		INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC.				

50	I	DO PARANá - Compras.gov.br	7 Unidade	R$ 40,0000	21/06/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

HGu Porto Velho
Fl: 34
SALC

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
327095 - Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Água Pressurizada , Capacidade Carga: 10	Unidade	2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 25,9000	R$ 43,9804	R$ 39,5000	Coeficiente de Variação: 31,8014% Desvio Padrão: 13,9864 Maior Preço: R$ 75,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	13	Unidade	R$ 39,0000	08/02/2024	Sim
2	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	49	Unidade	R$ 48,0000	06/02/2024	Sim
3	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	15	Unidade	R$ 23,0000	01/02/2024	Não
4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	32	Unidade	R$ 30,1000	01/02/2024	Sim
5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 298,0000	25/01/2024	Não
6	I	PREFEITURA DE TURVO - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 50,0000	23/01/2024	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	29	Unidade	R$ 18,8800	10/01/2024	Não
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	26	Unidade	R$ 95,0000	10/01/2024	Não
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 17,8000	29/12/2023	Não
10	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	15	Unidade	R$ 33,9800	26/12/2023	Sim
11	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	400	Unidade	R$ 13,0000	26/12/2023	Não
12	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	9	Unidade	R$ 30,0000	20/12/2023	Sim
13	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	14	Unidade	R$ 72,9500	18/12/2023	Sim
14	I	INST.FED.DE EDUC ,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	28	Unidade	R$ 33,8500	14/12/2023	Sim
15	I	PREFEITURA DE MARMELEIRO - PR - Compras.gov.br	12	Unidade	R$ 22,0000	12/12/2023	Não
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	8	Unidade	R$ 80,6900	11/12/2023	Não
17	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	145	Unidade	R$ 80,6900	11/12/2023	Não
18	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	8	Unidade	R$ 55,0000	08/12/2023	Sim
19	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANá - Compras.gov.br	9	Unidade	R$ 16,0000	07/12/2023	Não
20	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHãO - Compras.gov.br	13	Unidade	R$ 35,0000	06/12/2023	Sim

HGu Porto Velho
Fl: 35
SAEC

21	I	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 30,0000	27/11/2023	Sim
22	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	71	Unidade	R$ 36,7500	24/11/2023	Sim
23	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANá - Compras.gov.br	7	Unidade	R$ 20,0000	24/11/2023	Não
24	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	19	Unidade	R$ 40,0000	23/11/2023	Sim
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 45,0000	23/11/2023	Sim
26	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	3	Unidade	R$ 75,0000	21/11/2023	Sim
27	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	11	Unidade	R$ 40,0000	17/11/2023	Sim
28	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANá - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 20,0000	13/11/2023	Não
29	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	38	Unidade	R$ 22,4000	08/11/2023	Não
30	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	23	Unidade	R$ 32,0000	07/11/2023	Sim
31	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANá - Compras.gov.br	11	Unidade	R$ 18,0000	07/11/2023	Não
32	I	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	14	Unidade	R$ 20,0000	07/11/2023	Não
33	I	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	27	Unidade	R$ 19,0000	06/11/2023	Não
34	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 17,0000	01/11/2023	Não
35	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	7	Unidade	R$ 340,0000	31/10/2023	Não
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	7	Unidade	R$ 190,0000	31/10/2023	Não
37	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	3	Unidade	R$ 50,0000	30/10/2023	Sim
38	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	28	Unidade	R$ 55,0000	30/10/2023	Sim
39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R$ 20,0000	30/10/2023	Não
40	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS - Compras.gov.br	5	Unidade	R$ 75,0000	26/10/2023	Sim
41	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	127	Unidade	R$ 18,0000	25/10/2023	Não
42	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	257	Unidade	R$ 11,9500	24/10/2023	Não
43	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	11	Unidade	R$ 17,5000	20/10/2023	Não
44	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	13	Unidade	R$ 88,3300	18/10/2023	Não
45	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	11	Unidade	R$ 18,0000	06/10/2023	Não
46	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	33	Unidade	R$ 38,0000	05/10/2023	Sim
47	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	14	Unidade	R$ 35,0000	04/10/2023	Sim
48	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	7	Unidade	R$ 22,0000	29/09/2023	Não
49	I	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	3	Unidade	R$ 25,9000	29/09/2023	Sim
50	I	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - Compras.gov.br	3	Unidade	R$ 50,0000	28/09/2023	Sim

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

NOTA TÉCNICA nº (64593001842/2024-14)

I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 O objeto da presente contratação é a aquisição de cargas de extintores de incêndio para o Hospital de Guarnição de Porto Velho.

II - FONTES CONSULTADAS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foi utilizado o parâmetro do inciso I da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e as contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o art. 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.3. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da SEGES/ME nº 65/2021.

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

3.1 A série de preços coletados consta nas folhas imediatamente anteriores à esta nota técnica de análise crítica de pesquisa de preços.

IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado para todos os itens deu-se com base na mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de se mostrar o método mais apropriado ao presente caso, considerando a relativa homogeneidade entre os preços coletados.

4.2. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles julgados:
a) possivelmente inexequíveis por visivelmente não cobrirem os custos operacionais de fornecimento;
b) excessivamente elevados por darem margem a possíveis sobrepreços;

V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da contratação é R$ R$ 949,79 (novecentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos), conforme memória de cálculo abaixo:

Item	**Especificação**	**CATMAT**	**Unidade de medida**	**Qtde**	**Valor unitário** (obtido pelo método adotado no item 4.1 desta nota técnica)	**Valor total** (qtde X valor unitário)
1	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico Seco Classe: Bc	603799	Unidade	1	R$ 38,29	R$ 38,29

	, Capacidade Carga: 4 Kg					
2	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico , Capacidade Carga: 6 Kg	487676	Unidade	6	R$ 44,95	R$ 269,70
3	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Gás Carbônico , Capacidade Carga: 6 Kg	236535	Unidade	6	R$ 93,80	R$ 562,80
4	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Água Pressurizada , Capacidade Carga: 10 L	327095	Unidade	2	R$ 39,50	R$ 79,00
Preço estimado da contratação (soma dos valores totais de todos os itens):						R$ 949,79

HGu Porto Velho
Fl: 37
SALC

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados pelo mercado.

VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1 A presente pesquisa de preços foi conduzida pelo agente responsável que assina este documento.

Porto Velho - RO, 15 de MARÇO de 2024

[redacted] MUNIZ - 1° Ten
Agente responsável pela pesquisa de preços

Relatório emitido em 20/03/2024 11:23

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):
- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt[2]{\frac{\sum_{i=1}^{n}(x-\mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Termo de Referência 27/2024

HGu Porto Velho
Fl: 38
SALC

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
27/2024	160351-HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO	BRUNO MARCELO DE SOUZA MUNIZ	20/03/2024 11:28 (v 3.0)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	90028/2023	64593001276202441

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de carga de extintores, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico Seco Classe: Bc , Capacidade Carga: 4 Kg	603799	Unidade	1	R$ 38,29	R$ 38,29
2	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico , Capacidade Carga: 6 Kg	487676	Unidade	6	R$ 44,95	R$ 269,70
3	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Gás Carbônico , Capacidade Carga: 6 Kg	236535	Unidade	6	R$ 93,80	R$ 562,80

HGu Porto Velho
Fl: 39
SALC

4	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Água Pressurizada , Capacidade Carga: 10 L	327095	Unidade	2	R$ 39,50	R$ 79,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da emissão do empenho, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Nos termos do Decreto n° 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA n° 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

HGu Porto Velho
Fl: 40
SALC

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor, em remessa única.

5.1.1 O prazo entre retirada e devolução dos extintores é de, no máximo, 3 dias.

5.1.2 Durante esse prazo em que os extintores estiverem fora do hospital, a empresa deve deixar pelo menos 5 extintores em condições de uso no lugar dos que foram retirados.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, 409 - Centro - Porto Velho - RO - CEP: 76801-010.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 meses.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

HGu Porto Velho
Fl: 41
SALC

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);[A1]

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

HGu Porto Velho
Fl: 42
SAL C

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

HGu Porto Velho
Fl: 43
SALC

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 8 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 4 dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período respectivo de execução do contrato;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

HGu Porto Velho
Fl: 44
SALC

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

1.

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

HGu Porto Velho
Fl: 45
SALC

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.27. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.28. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

HGu Porto Velho
Fl: 46
SALC

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133 /2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

HGu Porto Velho
Fl: 47
SALC

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica.

Habilitação jurídica

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4]

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A5]

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.23. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HGu Porto Velho
Fl: 48
SALC

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.28. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.31. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.33. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.34. Apresentar Registro da Declaração da Conformidade do Fornecedor - Empresa de Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores, expedido pelo INMETRO, em plena validade;

8.35. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.37. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

HGU Porto Velho
Fl: 49
SALC

8.38. Apresentar comprovante de cadastro junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R$): 949,79

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 949,79 (novecentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 0001/167351;

II) Fonte de Recursos: 1123000000;

III) Programa de Trabalho: 215842;

IV) Elemento de Despesa: 339030;

V) Plano Interno: D8SAFUNADOM;

Iphan Porto Velho
Fl: 50
SALC

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted] **MUNIZ**

Oficial de Combate a Incêndio

Assinou eletronicamente em 20/03/2024 às 11:28:16.

HGu Porto Velho
Fl: 51
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2024

(Processo Administrativo n° 64593001842/2024-14)

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Como Diretor do Hospital de Guarnição de Porto Velho, dirigente máximo nomeado, conforme Portaria – C Ex nº 743, de 7 de junho de 2023, publicada na página 12, Seção 2, do DOU nº 109, de 12 de junho de 2023, e como Ordenador de Despesas designado, conforme item 5, 3ª Parte, do Boletim Interno Especial nº 1, de 19 de janeiro de 2023, do HGuPV, aprovo o presente Termo de Referência.

Porto Velho, RO, 21 de março de 2024.

[redacted] **NOGUEIRA – Coronel**
Diretor e Ordenador de Despesas do Hospital de Guarnição de Porto Velho

HGu Porto Velho
Fl: 52
SALC

gov.br

Compras.gov.br

Aviso de
CONTRATAÇÃO DIRETA
04/2024

CONTRATANTE (UASG)
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO (160351)

OBJETO
Aquisição de carga de extintores

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 949,79

DATA DA SESSÃO
De 01/04/2024

HORÁRIO DA FASE DE LANCES
Das 08:00 até 14:00h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA....3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA....3
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL 6
4. FASE DE LANCES....7
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS....7
6. HABILITAÇÃO....9
7. CONTRATAÇÃO....10
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS....11
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS....13

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 04/2024

(Processo Administrativo n.º64593.001842/2024-14)

Torna-se público que o HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO , por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *(menor preço),* na hipótese do art. 75, *inciso II,* nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão:01/04/2024
Horário da Fase de Lances: *08:00* às 14:00
Critério de Julgamento: *menor preço*

1. **OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de aquisição de carga de extintores**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço,* observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. **PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico .

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no , e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU
Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021
Versão: agosto/2023
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão agosto/2023)

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. *Para <u>todos</u> os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da , concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. *sociedades cooperativas.*

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30(cinco) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.12. *Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).*

3.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo *valor unitário* do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$ 0,10 (dez centavos de real)

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU
Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021
Versão: agosto/2023
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão agosto/2023)

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. contiver vícios insanáveis;

5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021,** constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05*(cinco) dias úteis,* contados a partir da data de sua convocação, para *assinar o Termo de Contrato* ***OU*** *aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho),* sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

7.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da ;*

7.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

7.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 *(trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11. as peculiaridades do caso concreto;

8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na , ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na , serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

HGu Porto Velho
Fl. 65
SALC

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

9.12.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar

Porto Velho-RO, 23 de março de 2024

[redacted] NOGUEIRA – Ten Cel
Ordenador de Despesas do Hospital de Guarnição de Porto Velho

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU
Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021
Versão: agosto/2023
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão agosto/2023)

DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MODELOS AGU/MGI ART. 29 e ART. 35 da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2017 e ENUNCIADO BPC nº 06	
Órgão:	Hospital de Guarnição de Porto Velho
Setor Requisitante:	Equipe de prevenção e Combate a Incêdio
Objeto da Licitação:	Aquisição de carga de extintores
Tipo de Licitação:	Contratação Direta

Declaração:

Declaramos que, para a devida instrução processual, em respeito aos artigos 29 e 35 da IN nº 05/2017 e Enunciado BPC nº 06, foram utilizados os modelos de Termo de Referência/Projeto Básico, Edital, Contrato e Ata de Registro de Preços constantes no site da AGU/MGI, conforme os links que seguem:

Termo de Referência:
Link: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta
Data da Extração: 21/03/2024

Aviso de contratação direta:
Link: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta
Data da Extração: 21/03/2024

~~Contrato:~~
~~Link: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao~~
~~Data da Extração: XX/XX/XXXX~~

~~Ata de Registro de Preços:~~
~~Link: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao~~
~~Data da Extração: XX/XX/XXXX~~

Ajustes e Justificativas:

Informamos que as supressões se encontram tachadas nos documentos e que as inclusões, adaptações, alterações, ajustes e mero preenchimento das lacunas foram sublinhadas, todas feitas diretamente no texto.

Assinaturas:

Presidente da EPC	Integrante administrativo da EPC
[redacted] **MUNIZ – 1º Ten**	Vinicius Matheus Lira Freitas [redacted] **FREITAS - SD**

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO	
Órgão: Hospital de Guarnição de Porto Velho	
Setor Requisitante: Equipe de prevenção e Combate a Incêdio	
Objeto da Licitação: Aquisição de carga de extintores	
Tipo de Licitação: Contratação Direta	
Declaração:	
Declaramos para os devidos fins que a presente contratação se encontra em consonância com o Planejamento Estratégico, as diretrizes de planejamento conjunto de contratações e o Sistema de Governança deste Órgão Contratante. Declaramos ainda que o planejamento da contratação foi realizado com a ciência e observância do INSTRUMENTO DE PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO, conforme parceria técnica entre ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO e o MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS.	
Assinaturas:	
Presidente da EPC	Integrante administrativo da EPC
[redacted] **MUNIZ – 1° Ten**	Vinicius Matheus Lira Freitas [redacted] **FREITAS - SD**

HGu Porto Velho
Fl: 68
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

DISPENSA ELETRÔNICA N° 04/2024
(Processo Administrativo n° 64593.001842/2024-14)

AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

Como Diretor do Hospital de Guarnição de Porto Velho, dirigente máximo nomeado, conforme Portaria – C Ex nº 743, de 7 de junho de 2023, publicada na página 12, Seção 2, do DOU nº 109, de 12 de junho de 2023, e como Ordenador de Despesas designado, conforme item 5 , 3ª Parte, do Boletim Interno Especial nº 1, de 19 de janeiro de 2023, do HGuPV, autorizo a formalização desta contratação pública.

Certifico que o objeto da contratação não se constitui atividade de custeio, conforme Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 e Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022.

Certifico que foi atendido o princípio da segregação de funções previsto no art. 7º, §1º, da Lei 14.133/21 e no art. 12 do Decreto nº 11.246/22 para a designação dos agentes públicos envolvidos nesta contratação.

Certifico que foram consultadas as IRPs em andamento conforme art. 20 e seu parágrafo único do Decreto 11.462/23, não havendo conveniência para participação.

Para este processo foi adotada a forma em papel, digitalizada, ao invés da forma eletrônica prevista no Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14.133/21, em virtude de ainda não haver padronização quanto à plataforma de processo eletrônico a ser utilizada para contratações no âmbito do Comando do Exército.

Certifico que houve respeito do limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro.

Porto Velho, RO, 23 de março de 2024.

[redacted] **NOGUEIRA – Ten Cel**
Diretor e Ordenador de Despesas do Hospital de Guarnição de Porto Velho

HGu Porto Velho
Fl: 69
SALC

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU

LISTA DE VERIFICAÇÃO
(Inexigibilidades e Dispensas de licitação em geral)

LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo?[1]	Sim	01
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?[2]	Sim	02-03
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?[3]	Sim	04
Consta documento de formalização de demanda?[4]	Sim	04
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?[5]	Sim	08
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?[6]	Sim	08
Há Estudo Técnico Preliminar?[7]	Sim	05-10
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?[8]	Sim	05-10
Há Análise de Riscos?[9]	Sim	23-28
Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento?[10]	Não se aplica	
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?[11]	Não se aplica	
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua	Não se aplica	

dispensa no caso concreto?[12]		
Há termo de referência?[13]	Sim	38 - 50
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização?[14]	Sim	66
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Sim	38 - 50
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização?[15]	Sim	66
Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada?[16]	Sim	68
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?	Não se aplica	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?[17]	Não se aplica	
Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários?[18]	Sim	
Foi juntada aos autos consulta ao CADIN?[19]	Não	
Houve a autorização da autoridade competente?[20]	Sim	68
Sendo adotado registro de preços, a contratação abrange mais de um órgão ou entidade?[21]	Não se aplica	

LISTA DE VERIFICAÇÃO 2B – VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida

		a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação expressamente nas hipóteses do art. 75 da Lei 14133/21?	Sim	54
Consta justificativa do preço baseada em pesquisa ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa, tudo em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021?[22]	Sim	29-37
Tratando-se de situação em que não é possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei 14133/21, o contratado comprova por algum meio idôneo que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, tais como notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração?[23]	Não se aplica	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi demonstrado respeito ao limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro?[24]	Sim	54
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a autoridade declarou que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com atendimento da IN SEGES 67/21 para busca da proposta mais vantajosa?[25]	Sim	54
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a contratação será paga por meio de cartão de pagamento e com divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)?[26]	Não se aplica	
Em caso negativo, houve justificativa para não adoção dessa forma de pagamento?[27]	Não se aplica	

LISTA DE VERIFICAÇÃO 3A - VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES POR INEXIGIBILIDADE OU POR DISPENSA DE LICITAÇÃO	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida

		a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços?[28]	Não se aplica	
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização?[29]	Sim	67
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?[30]	Não se aplica	
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?[31]	Não se aplica	
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração?[32]	Não se aplica	
Há certificação de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?[33]	Sim	06

1 Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: "os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."

2 Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14133/21

3 Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21

4 O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10947/22, já citados.

5. Destaque-se que, para as contratações da Lei nº 14133/21, aplica-se, quanto ao Plano de Contratações Anual, apenas o Decreto nº 10947/22 e não a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU. Quanto a esse Decreto, atentar para as exceções da obrigatoriedade de registro dispostas no seu art. 7º, incluindo os incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75, as contratações feitas por suprimento de fundos e pequenas compras e serviços de pronto pagamento do art. 95, §2º, todos da Lei nº 14133/21.

6 Art. 18 da Lei 14133/21

7 Art. 18, §1º, art. 72, I, da Lei 14133/21

8 Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.

Obs.: os incisos obrigatórios são:

"I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

[...]

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

[...]

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

9 Art. 72, I da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto que esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

10 Art. 18, §3º, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A dispensa dos Estudos Técnico Preliminares está condicionada à juntada aos autos de justificativa, demonstrando, por exemplo, que a elaboração do documento é incompatível com a urgência da contratação.

11 Art. 18, §2º, da Lei 14133/21

12 Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21

Obs.: Recomenda-se a consulta ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", da CGU/AGU, que contém orientações indispensáveis para a contratação de determinados objetos.

13 Art. 72, I, da Lei 14133/21

14 Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas

15 Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas

16 Art. 72, IV, da Lei 14133/21; art. 5º, IV e §1º, da IN Seges 67/21

17 Art. 16, I e II, da LC 101/2000. Obs. 1: ON AGU 52/2014: "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de

2000".

18 Art. 72, V, da Lei 14133/21.

Obs. 1: Segundo o §4º do art. 91 da Lei 14133/21, é essencial que sejam atendidos os seguintes requisitos: "Art. 91 (...) § 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo." A regularidade fiscal federal; a regularidade perante a Seguridade Social; a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; a regularidade trabalhista; a declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; e a ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão, podem ser verificadas mediante consulta nos seguintes endereços, sem prejuízo de outras consultas julgadas relevantes:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (art. 91, §4º, da Lei 14133/21).

19 Art. 6º, III, da Lei nº 10.522/02. Obs.: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.

20 Art. 72, VIII, da Lei 14133/21 c/c art. 5º, VIII e §2º, da IN nº 67/2021

21 Art. 82, §6º, da Lei 14133/21; art. 4º, IV, da IN SEGES 67/2021

22 Art. 72, II e VII, e art. 23 da Lei 14133/21; art. 7º, §4º, da IN Seges nº 65/21; IN Seges 72/2021

23 Art. 72, II e VII, e art. 23, §4º, da Lei 14133/21; art. 7º, §1º, da IN Seges nº 65/21; IN Seges 72/2021

24 Art. 75, §1º, da Lei 14133/21

25 Art. 75, §3º, da Lei 14133/21; art. 6º da IN Seges nº 67/21.

26 art. 75, §4º, da Lei 14133/21

27 art. 75, §4º, da Lei 14133/21

28 Art. 40, II, da Lei 14133/21

29 Art. 40, V, "a", da Lei 14133/21

30 Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21

31 Art. 41, I, da Lei 14133/21

32 Art. 41, III, da Lei 14133/21

33 Art. 44 da Lei 14133/21